



Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

O estado natural e o início do contrato social: os filósofos políticos clássicos versus a ciência do século XXI

Mestre John Marr Ditty

Doutorando em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Av. Alberto Lamego, 2000, CEP 28013-602, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. E-mail: john_ditty@hotmail.com

RESUMO

ARTICLE HISTORY

Received: 26 July 2013

Accepted: 18 December 2013

PALAVRAS-CHAVE:

Estado de natureza

Contrato social

Hobbes

Locke

Rousseau

Os filósofos políticos clássicos Hobbes, Locke e Rousseau propuseram visões divergentes sobre o estado natural humano e o processo de formação de arranjos sociais mais complexos, assim iniciando um debate com implicações de alta importância para cientistas sociais e formadores de políticas públicas. O presente estudo investigou as principais afirmações de Hobbes, Locke e Rousseau em relação ao estado de natureza humano e ao contrato social frente a dados atuais provenientes de várias áreas de conhecimento científico, como arqueologia, biologia, antropologia, psicologia e genética. Os resultados indicam que a caracterização de Hobbes de uma tendência à violência por parte de seres humanos pré-estatais é consistente com a literatura científica.

KEY-WORDS:

State of nature

Social contract

Hobbes

Locke

Rousseau

ABSTRACT: The state of nature and the beginnings of the social contract: the classical political philosophers versus the science of the 21st century. The classical political philosophers Hobbes, Locke, and Rousseau proposed differing visions on the human natural state and the formative process leading to more complex social arrangements, thus triggering a debate with profound implications for social scientists and public policy-makers. The present work investigates the principal assertions of Hobbes, Locke, and Rousseau with respect to the human state of nature and the social contract in light of current data derived from various

areas of scientific knowledge, including archeology, biology, anthropology, psychology, and genetics. The results indicate that Hobbes characterization of a tendency towards violence on the part of pre-state human beings is consistent with the scientific literature.

RESÚMEN:
Estado de naturaleza
Contrato social
Hobbes
Locke
Rousseau

RESÚMEN. EL ESTADO NATURAL Y EL PRINCIPIO DEL CONTRATO SOCIAL: LOS FILÓSOFOS POLÍTICOS CLÁSICOS FRENTE A LA CIENCIA DEL SIGLO XXI. Los filósofos políticos clásicos Hobbes, Locke y Rousseau propusieron visiones divergentes sobre el estado de naturaleza humano y el proceso de formación de organización social más compleja, dando así inicio a un debate con implicaciones de grande importancia para científicos sociales y los responsables de las políticas públicas. El presente estudio investigó los principales afirmaciones de Hobbes, Locke y Rousseau sobre el estado de naturaleza humano y el contrato social con los datos actuales de diversas áreas científicas como la arqueología, la biología, la antropología, la psicología y la genética. Los resultados indican que la caracterización de Hobbes de una tendencia a la violencia por los seres humanos pre-estatales es coherente con la literatura científica.

Introdução

Durante vários séculos, pelo menos, pensadores de filosofia política têm especulado sobre o estado puro e natural do ser humano antes de sofrer as influências de socialização e sobre o processo pelo qual indivíduos espalhados criam uma sociedade e, posteriormente, um estado. Como um objeto de investigação, este tema vai ao cerne de quase todas as questões sociais. Decerto, ao final e definitivamente separar o indivíduo da sociedade, fazer afirmações sobre o verdadeiro estado de natureza humano permitiria um entendimento muito mais profundo e muito menos especulativo sobre os mecanismos e efeitos do processo de socialização e da formação de governos ou estados.

Quando se pensa no estado natural de humanos e o contrato social, os nomes de três autores clássicos logo aparecem: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Como estes homens escreviam durante os séculos XVII e XVIII, não tendo, portanto, acesso a dados científicos acerca dos assuntos abordados, Hobbes, Locke e Rousseau contaram apenas com pura lógica e o uso de analogias.

Mesmo hoje, mais de 200 anos depois, há muitas incertezas com relação às perguntas que os clássicos fizeram. Entretanto, onde os referidos autores pareciam caçadores no escuro, totalmente desprovidos de visão, pesquisadores atuais conseguem enxergar os vultos e sombras dos animais que seriam a presa. A compreensão melhor que pesquisadores dos dias de hoje se dispõem se deve a avanços em diversas áreas de conhecimento, como a arqueologia,

paleoantropologia, psicologia, antropologia cultural, sociologia, biologia evolutiva e molecular, bioquímica, genética, paleoclimatologia e geocronologia, entre outros.

Afinal, dada a reconhecida importância das questões tratadas, exatamente o que a ciência do século XXI nos diz sobre o estado natural humano antes de sofrer as influências de um sistema formalizado de ordem política? Qual é a função e quais são os efeitos de um governo ou arranjo social institucionalizado sobre o estado de natureza? E, enfim, qual ótica – a de Hobbes, Locke ou Rousseau – se corresponde mais fielmente com os fatos provenientes de pesquisas científicas modernas em relação ao tema abordado?

O Estado de Natureza

O estado de natureza humano, ou estado natural, termo cunhado pela primeira vez em 1651 por Thomas Hobbes no livro *Leviatã*, se trata das predisposições inatas dos humanos que viviam antes ou na ausência do estabelecimento de um governo rudimentar. Segundo o autor, nestas condições a vida era “solitária, pobre, sórdida, brutal e curta” (HOBBS, 1988, p. 57), onde “todo homem é inimigo de todo homem” (p.56). Hobbes considerava o humano em seu núcleo como um ser movido por desejos e inteiramente autointeressado. Sendo assim egoísta, oportunista e violento, portanto, mau por natureza, neste sentido todos eram iguais, até porque um homem fraco é capaz de matar um homem forte enquanto este dorme.

John Locke também via igualdade entre homens no seu estado natural e, como Hobbes, considerava que nenhum homem tenha poder sobre outro. Mas, para Locke, o homem nasce como uma tabula rasa, uma folha branca, ou seja, sem conhecimentos ou predisposições quaisquer (LOCKE; ALEX, 1997). Assim, em contraposição com a visão de Hobbes, a ótica lockiana de natureza humana é vista como neutra ou até positiva, principalmente devido à ideia de que uma lei natural é operante no estado de natureza, e que esta lei incorpora um sistema de moralidade, justiça e direitos (LOCKE, 2006). Esta dicotomia se manifesta na maneira contraditória em que Locke trata o ser humano: um ser egoísta, porém naturalmente social e altruístico.

Rousseau também tinha uma visão essencialmente positiva do estado natural. Ele enxergava, por parte dos homens, uma “repugnância natural por ver perecer ou sofrer qualquer ser sensível e principalmente nossos semelhantes” (ROUSSEAU; BRAUNSTEIN, 1989, p. 73) e opinou que “nada é mais meigo do que o homem em seu estado primitivo” (p. 61-62). Aderindo à noção bastante em vogue na sua época do ‘bom selvagem’, para Rousseau, era a sociedade que corrompia a natureza humana dos homens.

A Criação de Sociedade

Hobbes foi o primeiro autor que elaborou uma teoria detalhada sobre um contrato social. Para ele, a única maneira que os seres humanos poderiam mitigar o medo do caos e da violência do estado natural é através da criação de governos,

que, na sua visão, é um estado autoritário referido como o Leviatã. Desta forma, as pessoas se juntariam cedendo certos direitos, com uma pessoa deixando o direito de praticar violência contra outra se esta segunda pessoa deixar de agredir a primeira. Neste sentido, o processo civilizatório reduziria o estado de guerra que existia entre indivíduos e o medo de guerra motivaria arranjos sociais hierárquicos.

Locke concordou que as pessoas no estado natural pactuariam para formar um estado ou governo e que este nova organização serviria para reduzir conflitos. Entretanto, para ele, as pessoas já possuiriam direitos no estado natural e a cidade-estado teria o papel de defender estes direitos, desempenhando o papel de um juiz neutro. Outra divergência importante entre Hobbes e Locke é que embora o primeiro promovesse um governo com autoridade quase absoluta para mitigar o egoísmo inerente dos homens, para o segundo, em função do seu raciocínio, as pessoas seriam capazes de autogoverno.

Como Rousseau também via homens no estado natural como movidos por autopreservação e interesses pessoais, ele investigou as maneiras em que pessoas cederiam autonomia pessoal para formar um pacto social. No seu Contrato Social, então, Rousseau postulou que a associação somente aconteceria se todos os homens se cedessem, juntos com todos seus direitos, de forma igual e integral, à comunidade em prol de uma vontade geral (ROUSSEAU, 2012).

Discussão

Desde os séculos em que os clássicos de filosofia política viviam, pesquisas em diversas áreas da ciência têm esclarecido, pelo menos em parte, várias das questões abordadas por Hobbes, Locke e Rousseau. Um aspecto importante envolve o lugar do ser humano no reino animal. Embora Platão já reconhecesse o homem como animal, a classificação taxonômica atual enfatiza a proximidade do *Homo sapiens* com os outros primatas na árvore filogenética (GOODMAN et al., 1998) e sabe-se que 98,6% do DNA em seres humanos são idênticos ao DNA de chimpanzés (WATANABE et al., 2004).

Charles Darwin revolucionou pensamentos sobre as origens de todas as espécies ao elucidar os mecanismos de seleção natural e sexual que conduzem a evolução. A partir de uma perspectiva baseada na evolução darwiniana, o etólogo e biólogo Richard Dawkins caracterizou todo animal, inclusive o animal humano, como uma máquina de sobrevivência que se preocupa pouco em recorrer à violência.

Para uma máquina de sobrevivência, outra máquina de sobrevivência (que não seja o seu próprio filho ou outro parente próximo) é parte do seu meio ambiente, tal como uma rocha, um rio ou um bocado de alimento. É qualquer coisa que se mete no caminho e atrapalha, ou que pode ser explorada. Só difere de uma rocha ou de um rio num único aspecto importante: tem tendência a contra-atacar. Isto porque também ele é uma máquina que guarda os seus genes imortais para o futuro e que também não se deterá diante de nada para os preservar. A seleção natural

favorece os genes que controlam as suas máquinas de sobrevivência, de forma a fazerem o melhor uso do seu meio ambiente. Isto inclui fazer o melhor uso de outras máquinas de sobrevivência, tanto da mesma espécie como de espécies diferentes. (DAWKINS, 1979, p. 66)

A noção que os indivíduos da espécie humana foram programados pelo processo de evolução para lutar pela sobrevivência a qualquer custo é apoiada por diversos estudos sobre a violência. Sabe-se, por exemplo, que entre nossos parentes vivos mais próximos as mortes causadas por agressão intraespecífica em chimpanzés é cerca de 20% de todas as mortes (WILLIAMS et al., 2008), que a violência intergrupar é uma característica persistente de sociedades de chimpanzés e que o principal motivo para ataques entre chimpanzés é estratégico na medida em que tais ataques reduzem a competição para recursos (WILSON; WALLAUER; PUSEY, 2004). Ademais, estudos de chimpanzés têm destacado a complexidade e uso de táticas sistemáticas de violência e guerra entre grupos *Pan troglodytes*, assim oferecendo entendimento sobre guerra humana (BOESCH et al., 2008). Outros estudos constataram paridade entre as taxas de morte causada por agressão entre grupos de chimpanzés e sociedades humanas de caçadores-coletores e de caçadores-agricultores (BOEHM, 2009; WRANGHAM, R. W.; WILSON; MULLER, 2006).

Estudos que se limitaram a dados sobre a espécie *Homo sapiens* também assinalam uma prevalência de violência nos períodos pré-estatais. Em um estudo bioarqueológico, Walker (2001), estudando lesões traumáticas em restos de esqueletos humanos, concluiu que durante toda a história de *Homo sapiens* a violência interpessoal era onnipresente e canibalismo era muito difundido. Além do mais, este autor constatou indícios de mortes em massa, homicídios e lesões decorrentes de agressão em todos os continentes habitados por seres humanos, registrando que “nenhuma forma de organização social, modo de produção ou ambiente ecológico parece ter permanecido livre de violência interpessoal durante muito tempo” (p. 573, *tradução minha*). Além disso, uma pesquisa que reuniu números de uma grande gama de fontes constatou taxas significativas de violência entre humanos durante toda a nossa história, em todas as regiões geográficas do mundo e em todo tipo de organização social (PINKER, 2011). Quanto ao canibalismo em particular, já que os nossos genomas contam com genes que oferecem defesas contra as doenças do príon transmitidas por canibalismo, pesquisadores ponderam que a antropofagia pode ter ocorrido com tanta frequência que afetou a evolução da espécie (PENNISI, 2003). Esta evidência genética é corroborada por dados arqueológicos indicando canibalismo em sítios de Neandertais (DEFLEUR et al., 1999).

Com relação às implicações destes resultados, embora ainda não tenhamos o retrato completo, nenhum dos clássicos adivinhou o verdadeiro estado natural humano que está emergindo. Não há motivos para aderir à ideia de Locke de que o estado natural envolvesse um sistema de moralidade e justiça; pelo contrário, ao invés de uma *tabula rasa* sem predisposições, temos evidências de uma programação genética promovendo o aproveitamento de vantagens situacionais e/ou físicas pelo controle de recursos. O estado natural habitado pelos bons

selvagens de Rousseau parece uma realidade ainda mais distante. Ademais, a constatação que os primeiros humanos seriam capazes de utilizar a violência para obter recursos se correlaciona com uma tendência crescente na literatura científica de culpar povos antigos – e não mudanças climáticas ou ecológicas endógenas – pelas grandes extinções de megafauna no Período Quaternário (ALROY, 2001; ROBERTS et al., 2001).

As discições de Hobbes sobre um mundo pré-societário caracterizado por guerra e autointeresse correlacionam mais fielmente com os nossos conhecimentos atuais e, nos aspectos mais importantes, ele tinha razão. Entretanto, embora Hobbes caracterizasse corretamente a vida pré-histórica como “sórdida, brutal e curta” (GURVEN; KAPLAN, 2007), a alegação de Hobbes de que todos são basicamente iguais na ausência de instituições e leis parece equivocada, pois Wrangham e Wilson (2004) mostram diferenças marcantes no uso de violência em grupos de chimpanzés relacionadas à idade, sexo, tamanho e estado de saúde. Além disso, há dúvidas sobre as alegações de “solitária” e “pobre”. Quanta à pobreza, como Steven Pinker observou, Hobbes tinha razão neste ponto ao argumentar que, sem organização social formalizada, “não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras” (HOBBS, 1988, p. 57). Por outro lado, há evidências de que povos pré-societários investem apenas 15-20 horas por semana na alocação dos recursos necessários para a vida, estimulando sua caracterização por pesquisadores de “sociedades afluentes” (SAHLINS, 1998). Mesmo reconhecendo que os avanços tecnológicos que multiplicaram a riqueza da espécie humana através do tempo seriam impossíveis sem a formalização de grupos, quando comparados com os outros animais da mesma época, os primeiros homens provavelmente se disponham dos recursos disponíveis de maneira muito eficaz, e por isso não deveriam ser considerados pobres.

Hobbes descreve a vida pré-estatal de *Homo sapiens* como “solitária” e reforça esta caracterização ao enfatizar a qualidade quase ininterrupta de guerra, o que, em uma comunidade pré-estatal, sugere isolamento. Hobbes não concebia do estado natural como um dispositivo meramente teórico; ele acreditava na sua existência histórica. Ele o chama do “tempo em que os homens vivem sem um poder capaz de manter a todos em respeito” (HOBBS, 1988, p. 109, *ênfase minha*) e afirma que, na época dele, os povos indígenas na América ainda viviam no estado de natureza. Ademais, ele refere, neste contexto, aos “antigos habitantes da Alemanha e outros atuais países civis” (HOBBS, 2002, I, 14, 12) e o seu pensamento parece refletir a influência do pensador grego Tucídides, quem trata do estado de natureza como um fato histórico (KLOSKO; RICE, 1985).

Embora nós não possamos precisar até que ponto Hobbes acreditava na isolamento dos homens no estado natural, a ciência moderna afirma não somente o papel central que atividades sociais sempre desempenhavam na vida dos seres humanos, mas seu papel primordial no surgimento da espécie. Wrangham (2009) defendeu que a separação do gênero *Homo* (o nosso) do *Pan* (dos chimpanzés) foi possibilitada pelo aumento nutritivo que o cozimento de alimentos conferiu. Segundo este autor, o cenário mais plausível é que inicialmente hominídeos primitivos controlavam fogo através da captura de incêndios que ocorreram

naturalmente, aprendendo a mantê-lo aceso através e com o auxílio de interações sociais. Um sítio arqueológico em Gesher Benot Ya'aqov, Israel, datado em 700.000 anos, mostra o uso contínuo de fogo e parece demonstrar uma gama de atividades que requerem interações sociais bastante complexas, como a caça de animais grandes e ferozes, o transporte de matérias primas e a fabricação de ferramentas (ALPERSON-AFIL, 2008). Ademais, Hill et al. (2011) afirmam que o modelo caçador-coletor dominou 95% da história da nossa espécie e que este modelo exige um elevado grau de cooperação social.

Sítios arqueológicos oferecem provas do uso de ferramentas e ornamentos. 1,6 milhões de anos atrás hominídeos se empenhavam em realizar atividades organizadas na produção de ferramentas nas quais matérias primas foram selecionadas, transportadas e transformadas em utensílios para o corte de carne (STILES; HAY; O'NEIL, 1974). Henshilwood et al. (2002) descobriram representações provenientes do Pleistoceno Superior (há 77.000 anos) gravadas em ocre vermelho para fins simbólicos deliberados e ornamentais. Sítios como estes comprovam a difusão cultural de tecnologias rudimentares e podem indicar os inícios de comunicações interpessoais (BICKERTON, 2009) e trocas comerciais (MARWICK, 2003).

No campo de psicologia evolucionária, a teoria do "cérebro social" afirma que a linguagem e o cérebro grande que caracterizam o gênero *Homo* desenvolveram reciprocamente em hominídeos em função de sua vivência em "grandes grupos intensamente sociais" (DUNBAR, 2003, p. 163, *tradução minha*). Ademais, no canal torácico vertebral dos australopithecíneos, precursores humanos que oferecem as primeiras provas de locomoção bípedal, um estudo mostrou mudanças respiratórias relacionadas à fala (MACLARNON; HEWITT, 1999). Esta conclusão indica que há 2-4 milhões de anos já havia intensas interações sociais.

Além do mais, há evidências que demonstram rituais altamente sociais e comportamentos revelando sentimentos interpessoais de afeto. Em uma caverna funerária de Hilazon Tachtit, em Israel, Munro e Grosman (2010) encontraram sinais de um banquete ritualístico realizado há 12.000 anos, revelando "os papéis importantes [de banquetes] na negociação e solidificação de relações sociais, a integração de comunidades e a mitigação de estresse escalar" (p. 15362, *tradução minha*). Além de enterros ritualísticos, estudos têm registrado comportamentos revelando "compaixão" entre Neandertais (SPIKINS; RUTHERFORD; NEEDHAM, 2010), como manter membros do grupo vivos por anos apesar de sérias dificuldades físicas provenientes de idade avançada (COGHLAN, 2010).

Portanto, o conjunto dos dados retrata uma narrativa que enfatiza a cooperação e reciprocidade social durante toda a evolução do gênero *Homo*, muito antes, na verdade, de tornarem-se seres humanos. Neste ponto, a visão hobbesiana se equivoca. Por sua parte, e diferente de Hobbes e Locke, Rousseau percebeu a ligação entre códigos de moralidade e o surgimento de governos. Acusando Hobbes de imaginar a vida de pessoas socializadas em um contexto pré-societário, Rousseau afirmou que humanos no estado natural não sejam amorais ou morais, pois tais conceitos só se aplicam em ambientes com regras, leis, instituições e organização social. A tentativa de Locke de discernir "leis naturais"

definindo conduto moral também se correlaciona negativamente com os estudos científicos disponíveis.

Considerações Finais

Os autores clássicos da filosofia política buscavam explicar porque, exatamente, pessoas em sociedades de caçadores-coletores resolvem deixar seu lado egoísta e violento, ignorando seus interesses imediatos para formar um arranjo com controles sociais que age em prol do bem comum. Entretanto, pensadores modernos rejeitam a sugestão implícita nas obras dos clássicos que tal decisão tenha acontecida de forma repentina. Pelo contrário, hoje se enfatiza o processo muito lento, que durou aproximadamente cinco mil anos, em que pequenos grupos começaram a se juntar em aglomerações cada vez maiores pela melhor defesa e pelo controle de recursos e que, durante este processo, cresceu a diferenciação de funções sociais dentre os grupos. Concomitantemente, mas também de maneira extremamente demorada, técnicas, tecnologias e estoques naturais agrícolas e pecuários melhoraram a tal ponto que a escolha de deixar a vida sedentária definitivamente emergiu com a opção mais racional em termos de custo-benefício para crescentes números de indivíduos. Depois de melhorar o desempenho deste novo modelo de vida, então, devido ao relativamente pequeno número de indivíduos necessário para fornecer as demandas nutritivas do grupo maior através da agricultura e a criação de animais, o processo de especialização laboral favoreceu o surgimento de pessoas exclusivamente dedicadas à religião, guerra, conhecimento, engenharia, etc., assim possibilitando o estado Levitiã.

E quanto à capacidade, promovida por Hobbes, das cidades-estados reduzir guerra e violência? No seu livro *The Better Angels of Our Nature*, Steven Pinker testou a tese de Hobbes comparando os números das mortes por violência em relação ao número de habitantes de povos pré-societários (sociedades tribais, caçadores-coletores e caçadores-agricultores) com os números provenientes de cidades-estados que praticam agricultura. Utilizando dados tanto etnográficos quanto arqueológicos durante toda a história, Pinker determinou que, mesmo considerando as guerras e os genocídios dos séculos XX e XXI, a probabilidade de um indivíduo em um grupo pré-estatal morrer de violência é cinco vezes maior do que de um cidadão que pertence a um estado (PINKER, 2011). Segundo este pesquisador, a ideia de que um estado centralizado reduz o caos e a violência do estado pré-societário se correlaciona com os fatos. Citando casos emblemáticos, o autor afirma:

A taxa de homicídio nos EUA no seu pior momento recente – 10,2 por 100.000 em 1980 – foi um quarto da taxa da Europa Ocidental em 1450, um décimo da taxa dos inuites tradicionais e 1/50 da taxa das sociedades pré-societárias. (PINKER, 2011, p. 73, *tradução minha*)

Segundo Pinker, como previsto por Hobbes em grandes linhas, movido por medo, as pessoas sem amparo de um estado migrarão ao redor de indivíduos fortes, e estes começarão a ganhar privilégios e poderes especiais. Além de se

esforçarem em proteger o grupo de ameaças externas, os novos líderes guerrilheiros investirão esforços para manter a estabilidade interna do grupo enquanto maximizando os recursos do mesmo. Neste sentido, realizarão medidas a qualquer custo para controlar tanto externo quanto internamente pessoas ou comportamentos que poderiam desequilibrar o *status quo*. Não deveríamos nos surpreender, portanto, com as recomendações proferidas por Maquiavel ao jovem da família Medici que estava prestes a assumir a coroa (MAQUIAVEL, 2013), um jovem, de minha leitura, que não possuía os traços fortes e agressivos valorizados na época.

Se a narrativa de Pinker sobre a criação do contrato social, afirmando que as pessoas mais fortes e mais habilidosas em guerra recebem status privilegiado em troca da proteção do grupo, for verdadeira, certas suposições de Rousseau eram falsas. Rousseau teria se equivocado, por exemplo, ao afirmar que no estabelecimento do contrato social todos os homens cedem direitos igualmente, assim resolvendo o problema do *por que* certas pessoas aceitariam perder suas vantagens. A constatação, porém, que as desigualdades sociais sempre existiam não deveria ser encarada como uma justificção natural da exclusão social atual, mas como evidência da inocência pessoal das pessoas que atualmente se encontram em pobreza, assim desconstruindo o discurso que tais pessoas apenas careçam de ambição ou de vontade de trabalhar. Ademais, as considerações sobrecitadas deveriam acarretar renovados esforços para melhorar a eficácia de sistemas de governança. Da mesma maneira que a predisposição à violência foi mitigada com sucesso por processos civilizatórios, a desigualdade social pode e deve ser reduzida pelos mesmos processos.

Conclusão

Hobbes, Locke e Rousseau permanecerão entre os pensadores mais importantes de toda a história. Mesmo sem as ferramentas necessárias para chegar a conclusões definitivas, eles enxergaram duas questões cruciais para a humanidade e não fugiram delas. Utilizando apenas o raciocínio, estes autores contemplaram a natureza no cerne de todo humano e os inícios do processo que levou à civilização. Por não terem dados empíricos, embora estes clássicos errassem em certos aspectos da tentativa de responder às questões de pesquisa, eles tinham razão, de forma muito surpreendente, sobre as questões centrais, particularmente nos casos de Hobbes e Rousseau. O primeiro reconheceu o fundo animal dos homens, enquanto o segundo enxergou a inseparabilidade de códigos morais do estado institucionalizado de organização social.

Agradecimentos

O autor agradece ao apoio financeiro fornecido pela FAPERJ.

Referências

ALPERSON-AFIL, N. Continual fire-making by hominins at Gesher Benot Ya 'aqov, Israel. *Quaternary Science Reviews*, v. 27, n. 17, p. 1733-1739, 2008.

- ALROY, J. A multispecies overkill simulation of the end-Pleistocene megafaunal mass extinction. *Science*, v. 292, n. 5523, p. 1893-1896, 2001.
- BICKERTON, D. *Adam's tongue: How humans made language, how language made humans*. Macmillan, 2009. ISBN 1429930292.
- BOEHM, C. *Hierarchy in the forest: The evolution of egalitarian behavior*. Cambridge: Harvard University Press, 2009. ISBN 0674028449.
- BOESCH, C. et al. Intergroup conflicts among chimpanzees in Tai National Park: lethal violence and the female perspective. *American Journal of Primatology*, v. 70, n. 6, p. 519-532, 2008.
- COGHLAN, A. Hunter-gatherers cared for first known ancient invalid. *New Scientist*, v. 208, n. 2782, p. 12, 2010.
- DAWKINS, R. *O gene egoísta*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. ISBN 9726621275.
- DEFLEUR, A. et al. Neanderthal cannibalism at Moula-Guercy, Ardeche, France. *Science*, v. 286, n. 5437, p. 128-131, 1999.
- DUNBAR, R. I. The social brain: mind, language, and society in evolutionary perspective. *Annual Review of Anthropology*, p. 163-181, 2003.
- GOODMAN, M. et al. Toward a Phylogenetic Classification of Primates Based on DNA Evidence Complemented by Fossil Evidence. *Molecular Phylogenetics and Evolution*, v. 9, n. 3, p. 585-598, 1998.
- GURVEN, M.; KAPLAN, H. Longevity Among Hunter- Gatherers: A Cross-Cultural Examination. *Population and Development Review*, v. 33, n. 2, p. 321-365, 2007.
- HENSHILWOOD, C. S. et al. Emergence of modern human behavior: Middle Stone Age engravings from South Africa. *Science*, v. 295, n. 5558, p. 1278-1280, 2002.
- HILL, K. R. et al. Co-residence patterns in hunter-gatherer societies show unique human social structure. *Science*, v. 331, n. 6022, p. 1286-1289, 2011.
- HOBBS, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Os elementos da lei natural e política*. São Paulo: Ícone, 2002.
- KLOSKO, G.; RICE, D. Thucydides and Hobbes's State of Nature'. *History of Political Thought*, v. 6, n. 3, p. 405-409, 1985.
- LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Vozes, 2006. ISBN 8586965898.
- LOCKE, J.; ALEX, A. *Ensaio acerca do entendimento humano*. 1997. ISBN 8513880817.
- MACLARNON, A. M.; HEWITT, G. P. The evolution of human speech: The role of enhanced breathing control. *American journal of physical anthropology*, v. 109, n. 3, p. 341-363, 1999.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Editora Singular, 2013. ISBN 8560018085.
- MARWICK, B. Pleistocene exchange networks as evidence for the evolution of language. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 13, n. 1, p. 67-81, 2003.
- MUNRO, N. D.; GROSMAN, L. Early evidence (ca. 12,000 BP) for feasting at a burial cave in Israel. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, n. 35, p. 15362-15366, 2010.
- PENNISI, E. Cannibalism and prion disease may have been rampant in ancient humans. *Science*, v. 300, n. 5617, p. 227-228, 2003.
- PINKER, S. *The better angels of our nature: Why violence has declined*. New York: Viking Press, 2011. ISBN 978-0-670-02295-3.
- ROBERTS, R. G. et al. New ages for the last Australian megafauna: continent-wide extinction about 46,000 years ago. *Science*, v. 292, n. 5523, p. 1888-1892, 2001.
- ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social: princípios do direito político*. 3a Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- ROUSSEAU, J.-J.; BRAUNSTEIN, J.-F. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Ed. Universidade de Brasília 1989.
- SAHLINS, M. The original affluent society. In: GOWDY, J. (Ed.). *Limited wants, unlimited means: A reader on hunter-gatherer economics and the environment*. Washington: Island Press, 1998. p.5-41.
- SPIKINS, P.; RUTHERFORD, H.; NEEDHAM, A. From homininity to humanity: Compassion from the earliest archaics to modern humans. *Time and Mind*, v. 3, n. 3, p. 303-325, 2010.
- STILES, D.; HAY, R.; O'NEIL, J. The MNK chert factory site, Olduvai Gorge, Tanzania. *World Archaeology*, v. 5, n. 3, p. 285-308, 1974.

- WALKER, P. L. A bioarchaeological perspective on the history of violence. *Annual Review of Anthropology*, p. 573-596, 2001.
- WATANABE, H. et al. DNA sequence and comparative analysis of chimpanzee chromosome 22. *Nature*, v. 429, n. 6990, p. 382-388, 2004.
- WILLIAMS, J. et al. Causes of death in the Kasekela chimpanzees of Gombe National Park, Tanzania. *American Journal of Primatology*, v. 70, n. 8, p. 766-777, 2008.
- WILSON, M. L.; WALLAUER, W. R.; PUSEY, A. E. New cases of intergroup violence among chimpanzees in Gombe National Park, Tanzania. *International Journal of Primatology*, v. 25, n. 3, p. 523-549, 2004.
- WRANGHAM, R. *Catching fire: how cooking made us human*. New York: Basic Books, 2009. ISBN 0786744782.
- WRANGHAM, R. W.; WILSON, M. L. Collective violence: comparisons between youths and chimpanzees. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1036, n. 1, p. 233-256, 2004.
- WRANGHAM, R. W.; WILSON, M. L.; MULLER, M. N. Comparative rates of violence in chimpanzees and humans. *Primates*, v. 47, n. 1, p. 14-26, 2006.